

ÍNDICE

1	DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS REFERENTES À AGOE	
1.1	Relatório da Administração	2
1.2	Demonstrações Financeiras	2
1.4	Parecer dos auditores independentes	2
1.5	Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP	2
2	PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	2
3	REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA	3
	PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014	3
4	ANEXO	
I	ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA	4
ANEXO	ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA	
II		27

São Paulo, 17 de março de 2015.

Prezados senhores,

O Conselho de Administração da Ferreira Gomes Energia S.A. ("Ferreira Gomes" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 16 de abril de 2015 ("Assembleia"), nos termos a seguir expostos:

I - TOMADA DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAME, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2014, BEM COMO DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

O Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos ocorridos na Companhia e as Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram aprovados pela Diretoria da Companhia e auditados pelos auditores da KPMG Auditores Independentes ("Auditor Independente"), e, juntamente com o Parecer do Auditor Independente, de acordo com o previsto no artigo 133, incisos I, II e III da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e no seu *website* (www.ferreiragomesenergia.com.br), bem como no sistema Empresas.Net (www.cvm.gov.br).

Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações") e no artigo 9º da Instrução CVM nº 481/09 ("Instrução CVM 481"), informamos abaixo as datas e locais de publicação e/ou disponibilização, conforme aplicável, dos documentos indicados.

O relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes foram publicados em 17 de março de 2015 nos jornais O Estado de São Paulo nas páginas 01 e 02 e Diário Oficial do Estado de São Paulo nas páginas 137, 138 e 139.

II - COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Encontra-se anexo à presente Proposta da Administração (Anexo I), o Relatório da Administração contendo os Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, que correspondem ao item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, e também encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia e no seu *website* (www.ferreiragomesenergia.com.br), bem como no sistema Empresas.Net (www.cvm.gov.br).

III - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2014 E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

O lucro líquido da Companhia apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 69.456.611,42. A Administração da Companhia propõe a seguinte destinação:

- 5% do lucro líquido do exercício à Reserva Legal, no valor de R\$ 3.368.605,12 (três milhões, trezentos e sessenta e oito mil, seiscentos e cinco reais e doze centavos);
- Absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 2.084.509,19 (dois milhões, oitenta e quatro mil, quinhentos e nove reais e dezenove centavos);
- 25% do lucro correspondentes ao dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 16.000.874,29 (dezesseis milhões, oitocentos e setenta e quatro reais e vinte e nove centavos), à conta de Dividendos Mínimos Obrigatórios Não Distribuídos, conforme previsto no parágrafo 4º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
- destinação do valor de R\$48.002.622,82 (quarenta e oito milhões, dois mil, seiscentos e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos) para à conta reserva de Lucros Retidos.

Embora a Companhia tenha incorrido em lucro líquido no montante de R\$ 69.456.611,42 (sessenta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e onze reais e quarenta e dois centavos) no exercício findo em 2014, e tenha a prerrogativa de distribuir dividendos, observadas as disposições de seus contratos de financiamento e escritura de debêntures, I, os administradores recomendam a não distribuição de dividendos, posto que a Companhia se encontra em seu primeiro ano de operação. Tal recomendação tem como pressuposto, o atendimento do plano de negócio da Companhia, priorização do caixa para

atendimento de completo preenchimento das contas garantidoras do contrato de financiamento do BNDES e debêntures, bem como a conclusão da entrada em operação da UG3, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2015.

IV – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

A remuneração global dos membros da Diretoria é proposta em até R\$ 1.272.130,90 (um milhão, duzentos e setenta e dois mil, cento e trinta reais e noventa centavos). Os membros do Conselho de Administração não receberão remuneração, em linha com o exercício anterior.

Cabe ressaltar que o montante de 1.272.130,90 (um milhão, duzentos e setenta e dois mil, cento e trinta reais e noventa centavos) se constitui como uma estimativa do valor máximo que pode vir a ser pago à Diretoria da Companhia.

Em atendimento às disposições do artigo 12 da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009 e que englobam o item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, as informações relacionadas à remuneração da administração se encontram dispostas no Anexo II da presente Proposta da Administração, bem como encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, no seu website (www.ferreiragomesenergia.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Cordialmente,
José Luiz de Godoy Pereira
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS MOLDES DO ITEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009

10.1 Comentários dos diretores

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Dentre estes, as normas que foram adotadas pela primeira vez não causaram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/CPC 19(R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores afirmam que as informações abaixo foram extraídas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, divulgadas em 04 de março de 2015 no seu website (www.sistemaEmpresas.Net (www.cvm.gov.br)).

A análise dos diretores esclarecendo os resultados e as variações das contas patrimoniais constituem uma opinião com base nas demonstrações financeiras.

Os diretores informam que a Companhia entrou em operação comercial de forma antecipada no decorrer do exercício de 2014, as datas de entrada em operação bem como as demais informações das unidades geradores estão abaixo apresentadas:

Unidade geradora	Início operação comercial	Início operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho Aneel	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	-	30 de abril de 2015	-	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				252 MW (megawatts)	153,10 MW (megawatts)

Os diretores informam que, antes da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 04 de novembro de 2014, a Companhia se capitalizou tanto por meio de aporte de recursos realizado por seu acionista Alupar

Investimento S.A., quanto por meio de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures obtendo assim os recursos necessários à construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes. Atualmente, a Companhia utiliza as fontes de financiamento descritas nos itens (f).

Os diretores comentam que a Companhia vem despendendo de gastos significativos para conclusão da obra e entrada em operação da terceira unidade geradora, no entanto a geração de caixa da Companhia após entrada em operação comercial tem sido suficiente para cobrir tais gastos, as despesas operacionais e amortização de dívidas com financiamentos.

A Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes Energia encerrou o exercício de 2014 com uma receita operacional bruta de R\$ 87,7 milhões (não houveram receitas nos exercícios findos em 2013 e 2012).

Em 31 de dezembro de 2014 a geração operacional de caixa positiva, medida pelo Ebitda, foi de R\$ 76,5 milhões (R\$ 0,9 milhão negativo em 31 de dezembro de 2013 e R\$ 0,5 milhão negativo em 31 de dezembro de 2012).

Em 31 de dezembro de 2014 o lucro líquido apurado foi de R\$ 69 milhões (R\$ 1 milhão de prejuízo em 31 de dezembro de 2013 e R\$ 0,5 milhão de prejuízo em 31 de dezembro de 2012).

Os diretores afirmam que, em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 a liquidez geral e o índice de endividamento da Companhia foram de:

(Em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Ativo circulante	102.730	27.160	29.781
Imposto de renda e contribuição social diferidos	960	960	461
Passivo circulante	154.164	204.816	345.755
Passivo não circulante	884.044	741.678	245.251
Patrimônio líquido	643.455	311.998	152.022
Liquidez geral (1)	0,10	0,03	0,05
Índice de endividamento (2)	1,61	3,03	3,89

(1) O índice de liquidez geral representa o total do ativo circulante acrescido do imposto de renda e contribuição social diferidos dividido pelo total do passivo circulante acrescido do passivo não circulante.

(2) O índice de endividamento representa o total do passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido. O passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2014, inclui R\$ 183 milhões de adiantamento para aumento de capital ("AFAC"), sendo que, em 31 de dezembro de 2013, totalizava R\$ 262 milhões e em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$ 16 milhões.

Até o presente momento, os diretores da Companhia informam que todas as obrigações contratuais decorrentes do Contrato de Concessão e solicitações efetuadas pela ANEEL foram devidamente cumpridas, não tendo, portanto, conhecimento de qualquer notificação de aplicação de multa sobre descumprimento de cláusula contratual.

A diretoria entende que a Companhia tem plenas condições financeiras para dar continuidade as atividades previstas no Contrato de Concessão.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Os diretores entendem que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem em linha com as práticas de mercado.

A relação de dívida líquida sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, estão abaixo apresentadas:

(Em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo	28.897	26.078	28.817
Empréstimos, financiamentos e debêntures	714.764	619.785	520.167
Patrimônio líquido	<u>643.455</u>	<u>311.998</u>	<u>152.022</u>
Índice de dívida bancária líquida (1)	<u>1,07</u>	<u>1,90</u>	<u>3,23</u>

(1) Para calcular o índice de dívida bancária líquida, a Companhia considerou o total das dívidas financeiras (representadas por empréstimos, financiamentos e debêntures, no passivo circulante e não circulante) e subtraindo o caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo dividido pelo patrimônio líquido.

O padrão de financiamentos efetuados pela Companhia foram baseados na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, podendo este ser referente à captação de recursos junto a instituições financeiras ou no mercado de capitais por meio de emissão de dívida, conforme abaixo:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Passivo total	1.038.208	946.494	591.006
Patrimônio líquido	643.455	311.998	152.022
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.681.663	1.258.492	743.028
Capital próprio	38,26%	24,79%	20,46%
Capital de terceiros	61,74%	75,21%	79,54%

Maiores detalhes sobre os financiamentos celebrados pela Companhia podem ser obtidos no item (f).

i. hipóteses de resgate

Não há possibilidade de resgate de ações.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores acreditam que a Companhia possuirá geração de caixa e liquidez de recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos para conclusão da obra, entrada em operação da terceira unidade geradora, as despesas operacionais, as dívidas com financiamentos, embora não possam garantir e nem prever que tal situação permanecerá igual.

Abaixo, a Companhia descreve o endividamento, as disponibilidades, e o Ebitda nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Dívida financeira total (1)	(714.764)	(619.785)	(520.167)
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo	28.897	26.078	28.817
Dívida financeira líquida	(685.867)	(593.707)	(491.350)
Patrimônio líquido	643.455	311.998	152.022
Índice de endividamento líquido	1,07	1,90	3,23
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	69.456	(1.024)	(533)
(+) Resultado financeiro	25	20	2
(+) Depreciação e amortização	2.416	80	119
(+) Imposto de renda e contribuição social correntes	4.591	-	-
(=) Ebitda	76.488	(924)	(412)

(1) Dívida financeira total: corresponde às linhas de encargos de dívidas e empréstimos e financiamentos do passivo circulante e não circulante do balanço patrimonial de cada exercício contábil.

d) fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os diretores esclarecem que as fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 estavam dispostos da seguinte forma:

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Capital próprio	38,26%	24,79%	20,46%
Capital de terceiros	61,74%	75,21%	79,54%

As principais fontes de financiamento para investimento em ativos não circulantes da Ferreira Gomes Energia S.A. nos exercícios findos acima apresentados foram: cédulas de crédito bancário (CCB), emissão de debêntures, financiamentos do

BNDES e recursos dos acionistas (por meio de “AFACs” adiantamentos de futuro de capital). As fontes de financiamento atualmente utilizadas estão descritas no item (f) abaixo.

Os diretores declaram que os recursos dos financiamentos concedidos à Companhia foram utilizados financiar a viabilização do projeto de implantação e construção do empreendimento.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Acreditamos que em função de nossa geração de caixa, não será necessária a utilização de forma recorrente linhas de financiamento para a cobertura de nossas necessidades de capital de giro, além do que é necessário para financiar nosso CAPEX de manutenção. Caso nossa capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, acreditamos que conseguiremos saná-las com os limites de crédito já disponibilizados e ainda não utilizados (vide subitem 10.1g abaixo). Já que o contrato estabelecido como o BNDES veta a contratação de novos financiamentos e ou empréstimos.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures eram de R\$ 714,8 milhões, líquido dos custos de captação no montante de R\$ 20 milhões. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures era de R\$ 619,8 milhões, líquido do custo de captação no montante de R\$ 3,6 milhões. Os diretores afirmam que os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas correspondem aos recursos captados pela Companhia e estão assim distribuídos:

(Em milhares de reais)

	31/12/2014			31/12/2013			31/12/2012		
	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante									
Banco Sumitomo	-	-	-	-	-	-	29.400	366	29.766
BNDES	-	-	-	-	-	-	110.680	1.554	112.234
BNDES - Subcrédito A	9.189	3.366	12.555	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito B	3.637	1.332	4.969	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito C	414	73	487	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcrédito D	16.271	928	17.199	-	-	-	-	-	-
1ª emissão de debêntures	-	-	-	-	-	-	150.000	16.482	166.482
2ª emissão de debêntures	-	-	-	147.000	19.312	166.312	-	-	-
(-) Custo de captação	(1.488)	-	(1.488)	(418)	-	(418)	(1.005)	-	(1.005)
Total	28.023	5.699	33.722	146.582	19.312	165.894	289.075	18.402	307.477
Moeda nacional - não circulante									
BNDES - Subcrédito A	211.351	-	211.351	205.257	3.133	208.390	-	-	-
BNDES - Subcrédito B	83.651	-	83.651	81.239	1.240	82.479	-	-	-
BNDES - Subcrédito C	9.512	-	9.512	4.131	63	4.194	-	-	-
BNDES - Subcrédito D	170.845	-	170.845	161.337	660	161.997	-	-	-
2ª emissão de debêntures	-	-	-	-	-	-	200.000	13.538	213.538
3ª emissão de debêntures	221.404	2.682	224.086	-	-	-	-	-	-
(-) Custo de captação	(18.403)	-	(18.403)	(3.169)	-	(3.169)	(848)	-	(848)
Total	678.360	2.682	681.042	448.795	5.096	453.891	199.152	13.538	212.690

Os diretores apresentam abaixo um breve descritivo sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2014:

3ª emissão de debêntures: Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão no montante de R\$ 211 milhões em debêntures simples não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1 mil, os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias. Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017. Durante esse período de carência a Companhia desembolsará o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% serão incorporados ao valor principal da dívida, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi incorporado o montante de R\$ 10.504. Em 15 de dezembro de 2017 ocorrerá a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. A acionista Alupar Investimentos S.A. é garantidora da Companhia. As debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants") a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tais cláusulas instituem que a Companhia deverá, comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,20 (um inteiro e vinte centésimos). Os índices acima não foram apurados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, pois não há obrigatoriedade de cálculo no período de carência.

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: a Companhia celebrou o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.1390.1 com o BNDES em 28 de dezembro de 2012, ("Contrato BNDES nº 12.2.1390.1"), no valor total de R\$ 470,6 milhões, sendo que até 31 de dezembro de 2014 foram liberados o montante de R\$ 468,3 milhões.

Os encargos, saldos liberados e datas de amortização podem ser sumarizados da seguinte forma:

(Em milhares de reais)

Subcrédito	Finalidade	Encargos	Valor do contrato	Saldo liberado	Início amortização	Fim da amortização
Subcrédito A	Investimentos Gerais UHE FG	2,34% a.a + TJLP	198.420	198.420	15/05/2015	15/04/2031
Subcrédito B	Investimentos Gerais UHE FG	2,34% a.a + TJLP	78.540	78.540	15/05/2015	15/04/2031
Subcrédito C	Instalações de Transmissão UHE FG	2,34% a.a + TJLP	9.500	9.500	15/05/2015	15/04/2031
Subcrédito D	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	2,5% a.a	181.850	181.850	15/05/2015	15/12/2022
Subcrédito E *	Investimentos Sociais	TJLP	2.300	-	15/05/2015	15/04/2031
Total			470.610	468.310		

* Subcrédito E: liberação deverá ocorrer após apresentação de diagnóstico sócio econômico de entorno do projeto.

Os juros apurados estão sendo integralizados ao principal trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015 conforme estabelecido em contrato. Até 31 de dezembro de 2014, foi capitalizado R\$ 25,5 milhões ao principal (R\$ 11 milhões em 31 de dezembro de 2013). O saldo dos empréstimos com o BNDES, líquido dos custos de captação, em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 507,7 milhões.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores afirmam que não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras além das descritas acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Os diretores afirmam que não há grau de subordinação entre as dívidas existentes, no entanto conforme concurso universal de credores em hipótese de falência os créditos serão liquidados por ordem de prioridade, obedecendo a seguinte ordem: os direitos trabalhistas dos funcionários (limitados a 150 salários mínimos por credor, e decorrentes de acidentes de trabalho), créditos tributários, recursos captados de terceiros e fornecedores, respectivamente.

iv. eventuais restrições impostas ao Emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

3ª emissão de debêntures: a escritura de emissão impôs as restrições previstas nas respectivas hipóteses de vencimento antecipado das debêntures, que são as usuais de mercado para esse tipo de operação, tais como: situações de insolvência (falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação, dissolução ou extinção) da Companhia ou da Alupar Investimento S.A., na qualidade de fiadora (“Alupar”), descumprimento de obrigações pecuniárias relacionadas às debêntures, declaração de vencimento antecipado de qualquer outra dívida financeira ou acordo da Companhia em valor superior a R\$ 15 milhões, ou da Alupar em valor superior a R\$ 20 milhões, não cumprimento pela Alupar de sentença judicial transitada em julgado em valor superior a R\$ 20 milhões e redução do capital da Companhia ou da Alupar.

Além de algumas obrigações, tais como não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio, acima do mínimo obrigatório, conforme previsto, na data de emissão, no artigo 34 do Estatuto Social da Emissora.

As debêntures possuem *covenants* a serem apurados com base nas informações trimestrais e as demonstrações financeiras padronizadas apresentadas pela Emissora a CVM. A Alupar monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado para cumprimento dos *covenants* previstos na escritura de emissão. Em 31 de dezembro de 2014, estes índices não foram apurados, pois não existe a obrigatoriedade de cálculo no período de carência. Todas as hipóteses de vencimento antecipado e *covenants* previstas na escritura de emissão estão descritas no item 18.10 Formulário de Referência.

Contrato BNDES nº 12.2.1390.1: há restrições impostas à Companhia com relação à redução do quadro de pessoal e a inclusão de dispositivo no estatuto social da Companhia pelo qual seja exigido quorum especial para aprovação ou deliberação de matérias que limitem ou cerceiem o controle da Companhia por seus controladores. Ainda, a Companhia está obrigada a observar as Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES (Resolução 665/87) e as Normas e Instruções de Acompanhamento (Resolução 660/87), que podem ser encontradas no *website* do BNDES, e deve obedecer às restrições nelas contidas, conforme aplicável.

O contrato estabelece cláusulas restritivas, as quais institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras:

- manter Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

Os índices não foram apurados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, pois a obrigatoriedade de cálculo ocorrerá somente no ano de início da primeira amortização contratual, que se dará a partir de 15 de maio de 2015.

As informações sobre os níveis de endividamento estão demonstradas no item 3.7 do Formulário de Referência.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os diretores declaram que todos os recursos obtidos por meio dos financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista e respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Os diretores afirmam que os recursos obtidos por meio da 3ª emissão de debêntures foram integralmente utilizados pela Companhia, nos termos da respectiva escritura de emissão, enquanto que em relação aos recursos oriundos do Contrato BNDES nº 12.2.1390.1, aproximadamente 99% (noventa e quatro por cento) do valor empréstimo contratado já foi liberado à Companhia.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A seguir os diretores comentam as alterações significativas das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 descrevendo as principais variações ocorridas na Companhia nestas datas. Os comentários dos diretores não contemplam as variações (inferiores a 10%) e contas não significativas.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2014	AV	31/12/2013	AV	AH	31/12/2012	AV	AH
Ativo								
Circulante	102.730	6,1%	27.160	2,2%	278,2%	29.781	4,0%	-8,8%
Caixa e equivalentes de caixa	28.897	1,7%	26.078	2,1%	10,8%	86	0,0%	30223,3%
Investimentos de curto prazo	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	28.731	3,9%	-100,0%
Contas a receber de clientes	73.055	4,3%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Devedores diversos	104	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Despesas pagas antecipadamente	270	0,0%	31	0,0%	771,0%	100	0,0%	-69,0%
Tributos e contribuições sociais a compensar	404	0,0%	1.051	0,1%	-61,6%	864	0,1%	21,6%
Não circulante	1.578.933	93,9%	1.231.332	97,8%	28,2%	713.247	96,0%	72,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	960	0,1%	960	0,1%	0,0%	461	0,1%	108,2%
Imobilizado	1.565.579	93,1%	1.219.838	96,9%	28,3%	703.807	94,7%	73,3%
Intangível	12.394	0,7%	10.534	0,8%	17,7%	8.979	1,2%	17,3%
Total do ativo	1.681.663	100,0%	1.258.492	100,0%	33,6%	743.028	100,0%	69,4%
Passivo								
Circulante	154.164	9,2%	204.816	16,3%	-24,7%	345.755	46,5%	-40,8%
Fornecedores	14.855	0,9%	21.331	1,7%	-30,4%	11.856	1,6%	79,9%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	33.722	2,0%	165.894	13,2%	-79,7%	307.477	41,4%	-46,0%
Salários e férias a pagar	889	0,1%	1.366	0,1%	-34,9%	1.153	0,2%	18,5%
Tributos e contribuições sociais a recolher	11.671	0,7%	3.861	0,3%	202,3%	3.047	0,4%	26,7%
Uso do bem público	1.194	0,1%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Provisão para constituição de ativos	77.045	4,6%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Provisões para gastos ambientais	7.768	0,5%	12.364	1,0%	-37,2%	22.222	3,0%	-44,4%
Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	690	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Credores diversos	6.330	0,4%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Não circulante	884.044	52,6%	741.678	58,9%	19,2%	245.251	33,0%	202,4%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	681.042	40,5%	453.891	36,1%	-50,0%	212.690	28,6%	113,4%
Adiantamento para futuro aumento de capital	183.160	10,9%	262.000	20,8%	-30,1%	16.000	2,2%	1537,5%
Provisões para contingências	79	0,0%	79	0,0%	0,0%	439	0,1%	-82,0%
Provisão para gastos ambientais	9.292	0,6%	12.364	1,0%	-24,8%	4.245	0,6%	191,3%
Uso do bem público	10.471	0,6%	9.965	0,8%	5,1%	8.498	1,1%	17,3%
Contas a pagar com partes relacionadas	-	0,0%	3.379	0,3%	-100,0%	3.379	0,5%	0,0%
Patrimônio líquido	643.455	38,3%	311.998	24,8%	106,2%	152.022	20,5%	105,2%
Capital social	576.082	34,3%	314.081	25,0%	83,4%	153.081	20,6%	105,2%
Reserva de lucros	67.373	4,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Prejuízos acumulados	-	0,0%	(2.083)	-0,2%	-100,0%	(1.059)	-0,1%	96,7%
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.681.663	100,0%	1.258.492	100,0%	33,6%	743.028	100,0%	69,4%

Ativo circulante

Caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Em 31 de dezembro de 2014 houve aumento de 10,8% no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2013, a variação apresentada refere-se saldo remanescente dos recursos recebidos, subtraído pela utilização dos recursos aplicando na implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes bem como com despesas operacionais, que foram compensados pelo fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos e pela receita operacional gerada após entrada em operação comercial da Companhia que ocorreu no 4º trimestre de 2014 (conforme descrito no item 10.1.a)

Em 31 de dezembro de 2013, houve redução de 9,5% quando comparado a 31 de dezembro de 2012, no saldo caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. A variação apresentada refere-se a utilização dos recursos para implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, que foram compensados pelo fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos, representados pela integralização de recursos do acionista controlador e de empréstimos captados, líquidos de pagamentos no período.

Despesas pagas antecipadamente

Em 31 de dezembro de 2014 houve aumento de 771,0% no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2013, o aumento refere-se basicamente a apropriação de despesas de seguros necessários as atividades operacionais da Companhia.

Tributos e contribuições sociais a compensar

Em 31 de dezembro de 2014 houve redução de 61,6% no saldo da conta contábil de tributos e contribuições sociais a compensar se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2013, a variação negativa se deu devido a compensação de imposto de renda retido na fonte - IRRF no decorrer de 2014.

Não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Não houveram variações em 2014 em relação ao ano anterior 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo era de R\$ 1,0 milhão, apresentando um aumento de R\$0,5 milhão em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2012, decorrente do aumento dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição, pelo fato da Companhia encontrar-se em estado pré-operacional.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos do imobilizado eram de R\$ 1.565 milhões e R\$ 1.220 milhões, respectivamente. O aumento de R\$ 346,0 milhões é referente aos investimentos para construção e implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

O saldo da conta de imobilizado em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 1.219,8 milhões, apresentando um aumento de 73,3% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2012, decorrente da implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

Intangível

O saldo da conta intangível em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 12,4 milhões e apresentou um aumento de R\$ 1,9 milhão em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento é decorrente principalmente das adições ao uso do bem público.

O saldo da conta intangível em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 10,5 milhões e apresentou um aumento de R\$1,6 milhão em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento é decorrente principalmente das adições ao uso do bem público.

Passivo circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 houve redução de 30,4%, no saldo da conta fornecedores quando comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2013, a mesma é decorrente da diminuição dos gastos com fornecedores de materiais e/ou serviços contratados devido a entrada em operação comercial parcial da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme o seu cronograma de implantação e construção.

O saldo da conta fornecedores em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 21,3 milhões, o que representou aumento de R\$ 9,5 milhões em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento é decorrente dos gastos com fornecedores para a construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme o seu cronograma de implantação e construção.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo da conta empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 33,7 milhões e apresentou uma redução de 79,7% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2013. Essa redução é decorrente, principalmente, pela quitação da 2ª emissão de debêntures.

O saldo da conta empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 165,9 milhões e apresentou uma redução de 46,0% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2012. Essa redução é decorrente, principalmente, da quitação de empréstimos de curto prazo com o Banco Sumitomo e o BNDES e da 1ª emissão de debêntures, que foi compensado parcialmente pela transferência da 2ª emissão de debêntures para o passivo circulante, em função do prazo de vencimento dessas debêntures.

Salários e férias a pagar

O saldo da conta contábil em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 geraram as variações de -34,9%, 18,5% e 22,1% respectivamente entre os períodos analisados.

Esta rubrica é composta por gratificações a pagar, provisões de férias e 13º salário (obrigações estimadas), as quais conforme legislação são efetuadas provisões mensais, as variações do saldo desta conta se dão conforme cronograma da obra onde houve épocas com maior ou menor necessidade de colaboradores, implicando assim, nas referidas variações acima de acordo com a necessidade.

Tributos e contribuições sociais a recolher

Em 31 de dezembro de 2014 houve aumento de 202,3% no saldo da conta tributos e contribuições sociais a recolher se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2013, a variação refere-se principalmente a provisão de PIS e COFINS sobre o faturamento e IRPJ e CSLL devidos pela Companhia devido a entrada em operação comercial no 4º trimestre de 2014.

Provisões para gastos ambientais

Em 31 de dezembro de 2014 houve redução de 37,2% no saldo da rubrica provisões para gastos ambientais se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2013, a redução se deu devido a execução dos valores provisionados e/ou ajustes das estimativas de gastos ambientais da Companhia.

Passivo não circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos financiamentos e debêntures contabilizadas no passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro 2013 eram de R\$ 681 milhões e R\$ 454 milhões, respectivamente. Esse aumento de R\$ 227 milhões é decorrente das liberações de recursos do contrato celebrado com o BNDES no decorrer do exercício de 2014 como parte da estratégia de alongamento do perfil da dívida da Companhia e a 3ª emissão de debêntures no montante de R\$ 210,9 milhões.

O saldo de empréstimos financiamentos e debêntures, não circulante, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro 2012 era de R\$ 453,9 milhões e R\$ 212,7 milhões, respectivamente. Esse aumento de R\$ 241,2 milhões é decorrente de captação do contrato de financiamento de abertura de crédito celebrado junto ao BNDES, como parte da estratégia de alongamento do perfil da dívida da Companhia e a transferência da 2ª emissão de debêntures para o curto prazo, em função do prazo de vencimento dessas debêntures.

Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo da conta adiantamento para futuro aumento de capital em 31 de dezembro de 2014 e 2013 eram de R\$ 183 milhões e R\$ 262 milhões, gerando uma redução de 30,1% entre os anos, a redução se deu devido a integralização de capital subtraídos dos aportes de capital efetuados pela acionista Alupar Investimentos S.A. no decorrer do exercício de 2014 para implantação e construção da UHE Ferreira Gomes e que futuramente e que serão capitalizados por meio de ato societário.

O saldo da conta adiantamento para futuro aumento de capital em 31 de dezembro de 2013 e 2012 era de R\$ 262 milhões e R\$ 16 milhões, gerando aumento de 1537,5% entre os anos.

Provisões para gastos ambientais

Em 31 de dezembro de 2014 houve variação negativa de 24,8% no saldo da conta provisões para gastos ambientais se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2013, a redução apresentada refere-se a realização dos valores provisionados e/ou ajustes das estimativas de gastos ambientais da Companhia

Patrimônio líquido

Capital social

O saldo do capital social em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 eram R\$ 576 milhões, R\$ 314,1 milhões e R\$ 153 milhões, respectivamente. As variações se deram devido aos aportes recebidos, e que foram integralizados ao capital social da Companhia conforme atos societários.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2014	AV	31/12/2013	AV	AH	31/12/2012	AV	AH
Receita operacional líquida	83.763	113,12%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Custos operacionais	(8.222)	-11,10%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	(5.835)	-7,88%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outros custos operacionais	(80)	-0,11%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Depreciação e amortização	(2.245)	-3,03%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Uso do bem público - UBP	(62)	-0,08%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Lucro bruto	75.541	102,02%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Resultado antes do resultado financeiro	(1.469)	-1,98%	(1.503)	98,7%	-2,3%	(770)	50,6%	-100,0%
Pessoal	-	0,00%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Material	(9)	-0,01%	(7)	0,5%	28,6%	(9)	1,2%	-22,2%
Serviços de terceiros	(382)	-0,52%	(1.416)	94,2%	-73,0%	(642)	83,4%	120,6%
Depreciação e amortização	(109)	-0,15%	(80)	5,3%	36,3%	(119)	15,5%	-32,8%
Despesas gerais e administrativas	(969)	-1,31%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	74.072	100,03%	(1.503)	98,7%	0,0%	(770)	50,6%	0,0%
Resultado financeiro	(25)	-0,04%	(20)	100,0%	50,0%	(2)	100,0%	0,0%
Despesa financeira	(30)	-0,04%	(20)	100,0%	50,0%	-	0,0%	0,0%
Receita financeira	5	0,00%	-	0,0%	0,0%	(2)	100,0%	0,0%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	74.047	100,00%	(1.523)	100,0%	0,0%	(772)	50,7%	0,0%
Imposto de renda	(3.137)	0,00%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Contribuição social	(1.454)	0,00%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0,00%	499	-32,8%	-100,0%	239	-31,0%	108,8%
Lucro (prejuízo) do exercício	69.456	93,80%	(1.024)	67,2%	-6882,8%	(533)	69,0%	92,1%

Os diretores informam que a Companhia entrou em operação comercial em 04 de novembro de 2014 auferindo receita operacional apenas no 4º trimestre, assim as principais variações entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são decorrentes da entrada em operação de seus reflexos, como reconhecimento contábil das receitas e de impostos decorrentes da mesma, bem como das despesas e/ ou custos operacionais.

Os diretores informam que a Companhia estava em fase pré-operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 assim as variações são decorrentes, principalmente, das despesas com serviços de terceiros,

que vem aumentando em função do cronograma de implantação e construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes; que foram compensadas parcialmente por créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Fluxos de caixa

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 – Método indireto
(Em milhares de reais, exceto percentuais)

Fluxos de caixa	31/12/2014	AV	31/12/2013	AV	AH	31/12/2012	AV	AH
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	1.079	38,3%	(673)	-2,6%	-260,3%	(1.260)	276,9%	-46,6%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(223.120)	-7914,9%	(433.975)	-1669,6%	-48,6%	(313.943)	68998,5%	38,2%
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	224.860	7976,6%	460.640	1772,2%	-51,2%	314.748	-69175,4%	46,4%
Varição no caixa líquido da Companhia	2.819	100,0%	25.992	100,0%	-89,2%	(455)	100,0%	-5812,5%

A variação no caixa líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi positiva em R\$ 2,8 milhões, representando uma diminuição de R\$ 23 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. A variação no caixa líquido para o exercício em 31 de dezembro de 2013 foi positiva em 25,9 milhões, representando um aumento de 26,4 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Estas variações podem ser explicada pelos seguintes motivos:

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

Os diretores comentam que a variação de 260,3% no caixa líquido aplicado nas atividades operacionais entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, referem-se principalmente as receitas operacionais auferidas devido a entrada em operação comercial da Companhia.

Os diretores comentam que o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 referem-se às despesas gerais e administrativas e ao período pré-operacional que a Companhia se encontrava.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos

Os diretores entendem que a redução de 48,6% no caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são decorrentes da diminuição de gastos com a implantação e construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme cronograma da obra.

Os diretores comentam que o caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é decorrente principalmente dos gastos para a implantação e construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

Os diretores entendem que a variação de 51,2% no caixa líquido proveniente das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2014 em relação a 31 de dezembro de 2013, são decorrentes principalmente, das captações de recursos de terceiros e devido aos aportes de capital da Controladora Alupar Investimento S.A.,

para financiar a implantação e construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes compensados pela amortização de empréstimos.

Os diretores comentam que o caixa líquido proveniente das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é decorrente, principalmente, das captações de recursos de terceiros e devido aos aportes de capital da Controladora Alupar Investimento S.A., para financiar a implantação e construção da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes.

10.2. Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do Emissor, em especial a descrição de quaisquer componentes importantes da receita, bem como quaisquer fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os diretores declaram que a Companhia foi constituída em 2010 com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica no Rio Araguari, Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá. A 1º unidade geradora da Companhia entrou em operação comercial em 04 de novembro de 2014 e a 2º unidade geradora em 17 de dezembro de 2014, assim a mesma auferiu receita de energia elétrica nos meses de outubro (mês em que a Companhia realizou testes para entrada em operação), novembro e dezembro o que resultou em uma receita operacional bruta de R\$ 88 milhões, a serem liquidados no curto prazo. Os custos e despesas que afetaram o resultado da Companhia bem como a variação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 estão abaixo apresentados:

	31/12/2014	31/12/2013	Variação %	31/12/2012	Variação %
Receita operacional bruta	87.654	-	0,00%	-	0,00%
(-) Deduções da receita operacional	(3.891)	-	0,00%	-	0,00%
Programa de Integração Social - PIS	(571)	-	0,00%	-	0,00%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(2.630)	-	0,00%	-	0,00%
Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(690)	-	0,00%	-	0,00%
Receita operacional líquida	79.872	-	0,00%	-	0,00%
(-) Custos e despesas operacionais	(9.611)	(1.503)	539,45%	(770)	95,19%
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	(5.835)	-	0,00%	-	0,00%
Depreciação e amortização	(2.354)	(80)	2842,50%	(119)	-32,77%
Uso do bem público - UBP	(62)	-	0,00%	-	0,00%
Despesas gerais e administrativas	(969)	-	0,00%	-	0,00%
Serviços de terceiros	(382)	(1.416)	-73,02%	(642)	120,56%
Materiais	(9)	(7)	28,57%	(9)	-22,22%
Outros custos operacionais	(80)	-	0,00%	-	0,00%
Resultado financeiro	(25)	(20)	25,00%	(2)	900,00%

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Informação facultativa à categoria B.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do Emissor

Informação facultativa à categoria B.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os diretores declaram que não houve introdução ou alienação de segmento operacional após a constituição da Emissora, em 10 de agosto de 2010.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os diretores declaram que a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com impactos nas suas demonstrações financeiras ou resultados.

c) eventos ou operações não usuais

Os diretores declaram que não houve evento ou operação não usual não refletida nas demonstrações financeiras.

10.4. Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 não ocorreram mudanças nas práticas contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 as demonstrações financeiras da Companhia não tiveram efeitos significativos em função de alterações nas práticas contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nós, os diretores, informamos que o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 não apresenta ressalvas e/ou ênfase. O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 apresentam ênfase as quantias significativas que a Companhia vem despendendo em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montantes significativos, para a conclusão de sua Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, fato este foi divulgado também pelos diretores nas demonstrações financeiras.

10.5. – Políticas contábeis críticas

Item não aplicável, tendo em vista que o Emissor é registrado na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os diretores declaram que a Companhia possui políticas de procedimentos e normas de controles internos formalmente estabelecidos, de forma a garantir que todo o processo de informações e transações que envolvam contratações ou movimentações financeiras sejam devidamente registradas e suportadas por documentações hábeis aprovadas em conjunto por dois membros de seu corpo diretivo.

Até o presente momento não detectamos deficiências significativas nos controles internos já estabelecidos para regimento das operações da Companhia.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os diretores declaram que no contexto da auditoria sobre as nossas demonstrações financeiras, os auditores independentes consideraram nossos sistemas de controles internos no escopo previsto nas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, cujo objetivo está relacionado ao planejamento dos procedimentos de auditoria.

Nas comunicações efetuadas entre a Companhia e seus auditores independentes acerca da existência de deficiências de controles internos quanto a auditoria das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, não foram abordados qualquer aspecto relevante, relativo a

controles internos, que pudesse afetar de maneira significativa a adequação de nossas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.7 – Caso o Emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Item não aplicável, tendo em vista que o Emissor é registrado na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

10.8 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do Emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Os diretores declaram que todos os ativos e passivos detidos pela Companhia estão registrados no balanço patrimonial. A Companhia possui, na qualidade de consumidora, contratos de compra e venda de produtos e serviços firmados que são registrados à medida que os produtos são recebidos ou os serviços são realizados. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os diretores declaram que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.9 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do Emissor

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do Emissor em decorrência da operação

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

10.10 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do Plano de Negócios do Emissor, explorando especificamente os seguintes pontos:

a) investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Ferreira Gomes Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”) para construir e operar a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes (“UHE Ferreira Gomes” ou “Projeto”), cuja concessão foi ganha pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL em Julho de 2010. O Contrato de Concessão foi firmado em 09 de Novembro de 2010, com a Ferreira Gomes recebendo da União a outorga do direito de explorar o empreendimento por 35 anos.

Os diretores comentam que a UHE Ferreira Gomes possuirá capacidade instalada de 252,0 MW, energia assegurada de 153,1 MW e estará localizada no Rio Araguari, no município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá e que a Companhia entrou em operação comercial de forma antecipada no decorrer do exercício de 2014. As datas de entrada em operação bem como as demais informações das unidades geradores estão abaixo apresentadas:

Unidade geradora	Ínicio operação comercial	Início operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho Aneel	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	-	30 de abril de 2015	-	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

Cumprindo com a sistemática do Leilão, a Alupar obteve a concessão da UHE Ferreira Gomes oferecendo um preço de energia de R\$ 69,78 / MWh, tendo por referência o mês

de agosto de 2010, no Ambiente de Comercialização Regulado (“ACR”), o que representou um deságio de 15,93% em relação ao preço máximo de R\$ 83 / MWh estabelecido para o Leilão.

No âmbito do ACR, a Companhia celebrou contratos de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do Leilão, com início de fornecimento em 1º de janeiro de 2015 e 30 anos de duração. Os contratos foram assinados em 17 de maio de 2011 e 26 de abril de 2011.

A implantação da UHE Ferreira Gomes é conduzida a partir de uma Estrutura de Contratação Direta pela sociedade de propósito específico que fará o gerenciamento de riscos do Projeto.

Entre as possíveis fontes de financiamento dos investimentos que serão realizados pelo Emissor para a implementação de seu plano de negócios, estão contratos financeiros que poderão ser celebrados junto a bancos comerciais, governamentais e/ou agências multilaterais, assim como a captação de recursos via mercado de capitais, por meio da emissão de valores mobiliários, tais como os representativos de dívida. Atualmente a Companhia utiliza as fontes de financiamento descritas no item 10.1 (f).

b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Emissor

Todos os investimentos que já foram divulgados pela Companhia já estão descritos no item 10.10 (a) acima.

Adicionalmente a Companhia possui, atualmente, as seguintes marcas em processo de registro perante o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual – INPI. Todos os pedidos de registro ainda estão sob análise do referido Instituto.

Marca

"FERREIRA GOMES" em nome de
Ferreira Gomes Energia S.A nº
903717980, nominativa, classe 40
"FERREIRA GOMES" em nome de
Ferreira Gomes Energia S.A nº
903718030, nominativa, classe 39
"FERREIRA GOMES" em nome de
Ferreira Gomes Energia S.A nº

Duração

10 anos a partir da data de concessão
do registro

10 anos a partir da data de concessão
do registro

10 anos a partir da data de concessão
do registro

903718065, nominativa, classe 35 "FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº	10 anos a partir da data de concessão do registro
903718154, mista, classe 42 "FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº	10 anos a partir da data de concessão do registro
903718197, mista, classe 40 "FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº	10 anos a partir da data de concessão do registro
903718251, mista, classe 39 "FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº	10 anos a partir da data de concessão do registro
903718286, mista, classe 35	

c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo Emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo Emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia tem por objeto exclusivo (i) construir, operar e explorar do potencial de energia hidráulica da UHE Ferreira Gomes, bem como das respectivas instalações de transmissão; e (ii) comercializar ou utilizar a energia elétrica por ela produzida, não havendo novos produtos e serviços desenvolvidos ou em desenvolvimento pela Companhia.

10.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados nos demais itens dessa sessão

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas ao longo do item 10.

ANEXO II

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
ITEM 13.2 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/2009
(item obrigatório às companhias classificadas na categoria B)

13.2. Remuneração prevista para o exercício social corrente 2015 e reconhecidas nos exercícios de 2012/2013/2014 para o Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

Remuneração prevista para o exercício de 2015 (R\$ mil)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	3	3
c. Remuneração fixa anual: Salário ou pró-labore		665.525,30
Benefício direto e indireto		40.471,68
d. Remuneração variável		
Bônus		45.632,20
Participação de resultados		274.638,26
Participação em reuniões		
Comissões		
Outros		193.076,10
e. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego		52.787,36
Cessaçã o do cargo		
Baseada em ações		
Total geral		1.272.130,90

Remuneração reconhecida para o exercício de 2014 (R\$ mil)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	3	3
c. Remuneração fixa anual: Salário ou pró-labore		631.223,16
Benefício direto e indireto		49.773,08
d. Remuneração variável		
Bônus		42.252,04
Participação de resultados		
Participação em reuniões		
Comissões		
Outros		182.525,05
e. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego		30.471,68
Cessaçã do cargo		
Baseada em ações		
Total geral		936.245,01

Remuneração reconhecida para o exercício de 2013 (R\$ mil)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	3	3
c. Remuneração fixa anual: Salário ou pró-labore		652.519,77
Benefício direto e indireto		60.358,78
d. Remuneração variável		
Bônus		407.979,87
Participação de resultados		
Participação em reuniões		
Comissões		
Outros		106.899,95
e. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego		10.370,83
Cessaçã do cargo		
Baseada em ações		
Total geral		1.238.129,20

Remuneração reconhecida para o exercício de 2012 (R\$ mil)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Nº de membros	3	3
c. Remuneração fixa anual: Salário ou pró-labore	32.403,00	445.755,53
Benefício direto e indireto		99.134,00
d. Remuneração variável		
Bônus		90.000,00
Participação de resultados		
Participação em reuniões		
Comissões		
Outros		
		235.707,47
e. Outros benefícios/remunerações		
Pós-emprego		24.000,00
Cessaçã do cargo		
Baseada em ações		
Total geral	32.403,00	894.597,00